

## PARECER Nº , DE 2012

Do **Plenário do Senado Federal**, sobre a Medida Provisória nº 553, de 21 de dezembro de 2011, que *“Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil e setecentos reais), para os fins que especifica”*.

Relator: Senador **LOBÃO FILHO**

### 1. RELATÓRIO

Com base no art. 62 da Constituição Federal – CF, a Presidente da República adotou e submeteu à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 553, de 21 de dezembro de 2011 (MPV 553/2011), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil e setecentos reais), para atender às programações constantes de seu Anexo I.

A tabela abaixo sintetiza o crédito em pauta:

Em R\$ 1,00

**Ministério da Ciência e Tecnologia (24000)**  
**Ministério da Ciência e Tecnologia - Administração Direta (24101)**

Programa	Ação/Subtítulo	Suplementação (Anexo da MP)
Meteorologia e Mudanças Climáticas (1421)	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Nacional (Crédito Extraordinário) (12QB/0101)	6.000.000
<b>SUBTOTAL - Ministério da Ciência e Tecnologia</b>		<b>6.000.000</b>

**Ministério da Defesa (52000)**  
**Ministério da Defesa - Administração Direta (52101)**

Programa	Ação/Subtítulo	Suplementação (Anexo da MP)
Resposta aos Desastres e Reconstrução (1029)	Cooperação em Ações de Defesa Civil - Nacional (Crédito extraordinário) (20G3/0103)	77.581.700
<b>SUBTOTAL - Ministério da Defesa</b>		<b>77.581.700</b>

**Ministério da Integração Nacional (53000)**  
**Ministério da Integração Nacional - Administração Direta (53101)**

Programa	Ação/Subtítulo	Suplementação (Anexo da MP)
Prevenção e Preparação para Desastres (1027)	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário) (8348/0105)	140.000.000
Resposta aos Desastres e Reconstrução (1029)	Ações de Defesa Civil - Nacional (Crédito Extraordinário) (22BO/0105)	310.000.000
<b>SUBTOTAL - Ministério da Integração Nacional</b>		<b>450.000.000</b>
<b>Total do Crédito</b>		<b>533.581.700</b>

De acordo com a Exposição de Motivos nº 00328/MP/2011, que acompanha a MPV 553/2011, os recursos destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação permitirão a aquisição urgente de radares de monitoramento, com vistas a dotar o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Cemaden – de equipamentos de tecnologias mais avançadas para previsão de desastres naturais, com o objetivo de produzir e fornecer informações confiáveis sobre o risco iminente de desastres.

No que tange ao Ministério da Defesa, o crédito será utilizado no apoio às ações urgentes de salvamento, saúde e sustentação das tropas, obras de engenharia e apoio aéreo e de comunicações.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional, o crédito permitirá o atendimento às populações vítimas de desastres naturais de dimensões imprevistas, ocasionados por fortes chuvas e inundações em diversas regiões do País, e pela estiagem prolongada em municípios da região Nordeste.

A referida Exposição de Motivos justifica, ainda, a relevância e a urgência da matéria, quanto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, na necessidade de dotar o País de infraestrutura instalada para prever desastres naturais e emitir alertas com antecedência adequada, a fim de evitar prejuízos econômicos e a perda de vidas humanas.

Em relação ao Ministério da Defesa, a urgência e a relevância decorrem da necessidade de atuação imediata e incisiva das Forças Armadas em ações de defesa civil, para permitir o maior alcance possível das ações de socorro e salvamento, em situações de emergência ou estado de calamidade pública.

No que concerne ao Ministério da Integração Nacional, justifica-se a medida pelas graves consequências oriundas de fenômenos naturais, o que exige intervenções de forma a minorar os efeitos acarretados aos moradores das localidades prejudicadas.

Recebida no Congresso Nacional, a MPV 553/2011 teve fixado o seu cronograma de tramitação – inclusive com a definição do prazo para a apresentação de emendas –, nos termos do que estabelecem as normas regimentais pertinentes à matéria.

A medida provisória recebeu, no prazo regimental, 7 (sete) emendas.

Em apreciação na Câmara dos Deputados, foi aprovado o parecer do Relator, Deputado Geraldo Simões, que se manifestou pela inadmissibilidade das emendas de nº 1 a 6, nos termos do art. 111 da Resolução nº 01, de 2006-CN, e pela rejeição, no mérito, da emenda de nº 7. Dessa forma, o crédito extraordinário foi aprovado nos termos propostos pelo Executivo.

## **2. ANÁLISE**

Este parecer abordará, em itens separados, os aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e o cumprimento das exigências de envio do documento em que se expõe

a motivação do ato, conforme prescreve para a apreciação do Congresso Nacional o art. 5º, combinado com o § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002 – CN.

## **2.1 Da Constitucionalidade**

O art. 62 da Constituição Federal dá ao Presidente da República competência para adotar medidas provisórias, com força de lei, em casos relevantes e urgentes, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Outra regra pertinente a esta análise é aquela exposta no § 3º do art. 167 da CF, pela qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública e, ainda, desde que observado o disposto no art. 62, da Constituição.

Portanto, são três os requisitos constitucionais para a abertura de crédito extraordinário: relevância, urgência e imprevisibilidade.

No caso em análise, parecem suficientemente demonstrados, na Exposição de Motivos nº 00328/MP/2011, que acompanha a Medida Provisória nº 553/2011, os requisitos constitucionais para a abertura de crédito extraordinário.

A magnitude dos fenômenos naturais e a gravidade de suas conseqüências, que se traduzem em danos econômicos, ambientais e humanos, tornam urgente a intervenção dos órgãos públicos responsáveis pelo enfrentamento das situações de calamidade pública e pelas operações de auxílio à população atingida.

Ademais, fazem-se necessárias medidas de prevenção, como a aquisição de modernos equipamentos que forneçam informações e dados adequados à pronta tomada de decisões por parte dos órgãos de defesa civil, com o objetivo de evitar ou reduzir danos materiais e humanos.

Portanto, quanto aos requisitos constitucionais (relevância, imprevisibilidade e urgência) é admissível a abertura do crédito extraordinário.

## **2.2 Da Adequação Orçamentária e Financeira**

De acordo com o § 1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 2002 – CN, “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias

*abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.*

Não vislumbramos inadequação no atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes que possam criar obstáculo à aprovação da proposição, em especial no que diz respeito à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) e às leis do Plano Plurianual e de Diretrizes Orçamentárias.

Cumpramos ressaltar que o inciso V do art. 167 da Constituição veda “a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes”. Assim sendo, não haveria necessidade de indicação da origem dos recursos para este crédito extraordinário.

A despeito de não se ter indicado, no texto da Medida Provisória, as fontes de recursos que viabilizarão a abertura deste crédito, não é demais salientar, todavia, que, para o Poder Executivo realizar novas despesas, obviamente, outras deixarão de ser executadas, se mantidas as estimativas de receita originais.

Por último, observe-se que as despesas a serem custeadas pelo crédito extraordinário em análise não se caracterizam como despesas obrigatórias de caráter continuado, não se subordinando, portanto, às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **2.3 Do Cumprimento da Exigência Prevista no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN**

A Exposição de Motivos nº 00328/MP/2011, que acompanha a MPV 553/2011, supre a exigência acerca do envio de documento apresentando os motivos justificadores da abertura do crédito extraordinário em análise.

## 2.4 Do mérito

No mérito, entendemos que o crédito extraordinário aberto pelo Executivo é indispensável ante a necessidade de intervenção urgente do poder público para minimizar os efeitos de desastres naturais, bem como para a sua adequada prevenção.

## 2.5 Das Emendas

No prazo regimental, foram apresentadas 7 (sete) emendas à Medida Provisória.

Quanto às emendas de nºs 1 a 6, o parecer é pela inadmissão, pois não estão de acordo com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que estabelece regra rígida para o emendamento desse tipo de crédito, tornando inadmissíveis quaisquer emendas, exceto as relativas ao texto da Medida Provisória ou que cancelem dotações, total ou parcialmente.

Opinamos, ainda, pela rejeição, no mérito, da emenda de nº 7, no intuito de preservar as despesas cuja relevância e urgência foram plenamente justificadas.

## 3. VOTO

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 553, de 2011; pela sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da matéria nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em        de        de 2012.

Presidente

Senador **LOBÃO FILHO**

Relator

**Anexo I**  
**(Ao Parecer nº           , de 2012)**

**Medida Provisória nº 553, de 21 de dezembro de 2011**

**Demonstrativo de que trata o art. 109, §1º inciso, da Resolução nº 1, de 2006 – CN.**

<b>Emenda</b>	<b>Autor</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Descritor do Subtítulo e UF (conforme emenda)</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Parecer</b>
1	Sen. Ana Amélia	53101 – Ministério da Integração Nacional	Respostas aos Desastres e Reconstrução no estado do Rio Grande do Sul	15.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN.
2	Sen. Ana Amélia	53101 – Ministério da Integração Nacional	Respostas aos Desastres e Reconstrução no estado do Rio Grande do Sul	50.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN.
3	Dep. Gorete Pereira	53101 – Ministério da Integração Nacional	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Estado Ceará	30.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN.
4	Dep. Gorete Pereira	53101 – Ministério da Integração Nacional	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Estado Ceará	40.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN.
5	Dep. Gorete Pereira	53101 – Ministério da Integração Nacional	Ações de Defesa Civil - Estado do Ceará	25.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN.
6	Sen. Randolfe Rodrigues	N/A	20TI - Obras para Controle de Cheias, de Erosões Marítimas e Fluviais - No município de Macapá	5.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN.
		N/A	8348 - Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Estado do Amapá - Nos municípios do Estado do Amapá	10.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 111 da Res. nº 01, de 2006 — CN.